



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**CARTA-CONTRATO Nº 10 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC****Processo nº 0001615-84.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO** CNPJ: 03.910.634/0001-70

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123 Telefone; (27) 2121-8500

**CONTRATADA: CENTRO DE EVENTOS VITORIA COMERCIO E SERVICOS LTDA**  
CNPJ/MF: 39.630.314/0001-03

ENDEREÇO: Rua Padre Anchieta, s/nº - Iriri, Anchieta / ES 29.230-000 Comercial: Rua Constante Sodré, nº 521, Santa Lucia, Vitória/ES 29056-310

Tel/fax: (27) 3322-1002 / 99948-9232  
mail: falecom@grupoferrari.com.br

E-

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Serviços técnicos especializados de filmagem e edição de vídeos.

**§1º. Do Fundamento Legal**

A contratação tem por base legal a Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 18/07/2002, Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei n.º 8.666/93, e demais alterações posteriores, Resolução TRE-ES nº 140/2017 e obedecerá ao estipulado nesta Carta-Contrato, bem como às disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2023 e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada, e dirigida ao Contratante, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar desta Carta-Contrato, no que não a contrariem.

**§2º. Da Especificação do Objeto**

- 2.1. O serviço será realizado sob demanda, conforme agendamento a ser realizado pelo Contratante.
- 2.2. As entrevistas serão realizadas, em regra, nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, podendo ser em outra localidade indicada pelo entrevistado, dentro da Grande Vitória-ES.
- 2.3. A responsabilidade do agendamento, roteiro da entrevista, textos e revisão será da Coordenadoria de Gestão da Informação.
- 2.4. Ao Tribunal pertence o direito das imagens referentes ao registro cinematográfico dos serviços ora solicitados, cabendo-lhe, exclusivamente, o direito de exibição.
- 2.5. É vedada a confecção de cópias de qualquer cena, por parte da Contratada, sem a expressa anuência do TRE/ES.
- 2.6. Todo o material deverá ser editado em software de edição de vídeos.
- 2.7. Os vídeos das entrevistas deverão conter, em regra: serviço de janelas de libras, computação gráfica, inserção de caracteres e de imagens (fotos e vídeos), edição, tratamento de áudio e vídeo. A contratação do profissional de libras e a gravação ficará a cargo do Contratante.
- 2.8. A análise de qualidade técnica dos vídeos será feita pela Coordenadoria de Gestão da Informação. Serão observados os seguintes quesitos, dentre outros: nitidez das imagens (não poderá haver desfoque ou drop-out); qualidade do áudio (não poderá haver ruído ou eco); qualidade da iluminação (não poderá haver

sombra, imagens escuras ou excesso de iluminação); e edição do material (não poderá haver cortes bruscos, falta de sincronia entre áudio e vídeo – delay – ou outros elementos que comprometam a imagem).

### **§3º. Das Atividades, Frequência e Periodicidade da Execução dos Serviços**

3.1. Estima-se a realização de até 8 (oito) entrevistas de servidores ativos e/ou inativos, tercerizados, juízes eleitorais e membros que já atuaram no Tribunal, no decorrer do ano.

3.2.. O tempo estimado de duração de cada entrevista será de 1 (uma) hora.

3.3. Deverão ser observadas as seguintes etapas e prazos:

3.3.1. O Contratante informará o dia e horário do agendamento da entrevista à Contratada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência;

3.3.2. Os equipamentos deverão ser instalados até 02 (duas) horas antes da realização da entrevista agendada;

3.3.3. Após a entrevista a Contratada deverá fornecer ao Contratante a gravação do vídeo em até 3 (três) dias úteis, em nuvem ou em armazenamento físico, conforme for acordado entre as partes;

3.3.4. Ficará a cargo do Contrante a decupagem e o fornecimento de imagens ou vídeos referentes à entrevista, se for o caso, no prazo de até 15 dias úteis;

3.3.5. Após a entrega do roteiro com os apontamentos para a edição, por parte do Contratante, a Contratada terá o prazo de até 15 dias úteis para enviar a edição preliminar. Caberá à Contratada a edição do vídeo, englobando inclusão de vinhetas, trilha sonora, imagens/vídeos referentes à entrevista, fornecidos pelo Contratante, montagem, inserção de GC e finalização.

3.3.6. Após o recebimento do vídeo preliminar pelo Contratante, este terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para aprovar ou solicitar alterações à Contratada. Havendo necessidade de ajustes, a Contratada deverá proceder às alterações, em até 5 (cinco) dias úteis, até fornecer o vídeo editado de forma satisfatória, sem ônus adicional para o Contratante. Em caso de novos ajustes, o trabalho alterado deverá ser entregue sempre no mesmo prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

3.3.7. Após a aprovação da versão final do vídeo, o Contratante ficará com a responsabilidade de fornecer a gravação do profissional de libras, referente ao trabalho, em até 10 (dez) dias úteis, caso haja disponibilidade do serviço de tradução no âmbito do Tribunal.

3.3.8. A Contratada deverá fazer a inclusão da janela de libras no vídeo (versão final) e proceder a sua entrega ao Contratante em até 5 dias úteis.

### **§4º. Dos Equipamentos, Ferramentas e Materiais**

4.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos para execução dos trabalhos, tais como: câmeras, tripé, microfones adequados, iluminação e software para edição;

4.2. Para o desenvolvimento das atividades, é necessário que a empresa:

4.2.1. Seja responsável pelo fornecimento dos equipamentos necessários para a execução dos trabalhos;

4.2.2. Seja responsável pelo serviço de mão-de-obra;

4.2.3. Caberá ao Contratante a decupagem, o fornecimento do roteiro para edição do vídeo, fotos e vídeos, se for o caso, bem como entrega da gravação da interpretação de libras para que a Contratada proceda a sua inserção no vídeo produzido.

### **§5º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

- b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

#### **§6º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada**

- a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
  - a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
- c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em **31/12/2023**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Proceder à assinatura digital do contrato ou aditivos em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Executar o objeto em conformidade com as especificações previstas neste instrumento;
- c) Informar, no momento da assinatura do contrato, nome do responsável (preposto), contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TRE/ES, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;
- d) Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato;
- e) Comunicar ao TRE/ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;
- f) Responsabilizar-se pela reparação de danos pessoais ou materiais, que vierem a ocorrer em consequência de erro na execução dos serviços;
- g) Fornecer e exigir dos funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los;
- h) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, instruindo seus funcionários quanto à prevenção de incêndios;
- i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

j.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

k) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados, sendo o valor unitário do serviço de **R\$ 1.373,31** (um mil trezentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do serviço, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

§1º. O valor total estimado do contrato é de **R\$ 10.986,48** (dez mil novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

§2º. O pagamento será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

§3º. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser obrigatoriamente emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

§4º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§5º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§6º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§7º. Não haverá reajustamento.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente objeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta dos seguintes recursos orçamentários:

02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

NATUREZA DA DESPESA: 339039- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2023NE000250, de 04/05/2023.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas no edital de licitação, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado nas etapas do serviço, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5% (meio por cento)** incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 10º (décimo) dia, podendo atingir o percentual de 5% (cinco por cento);

b) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. O atraso superior a 10 dias nas etapas do serviço caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea "b".

§2º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§3º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§4º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§5º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do art. 49, §2º, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§6º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§7º. A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

## CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará aos Contraentes, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF N.º \*\*\*.280.887-\*\*

Pela Contratada: RAFAEL AGUIAR FERRARI, CPF N.º \*\*\*.559.367-\*\*

Em 08 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 08/05/2023, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL AGUIAR FERRARI, Usuário Externo**, em 09/05/2023, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0952201** e o código CRC **51013F21**.